

Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

II- OBJETIVO GERAL

Propiciar orientação e acompanhamento psicológico aos pacientes atendidos pela ACORAC e seus familiares.

III- OBJETIVOS ESPECIFICOS

Possibilitar ao paciente oncológico maior compreensão de seu quadro clínico e dos fatores emocionais nele implicados.

Prevenir e reduzir os sintomas emocionais causados pelo câncer e seus tratamentos.

Proporcionar orientação aos familiares dos pacientes.

Contribuir para a assistência integral ao paciente pela equipe da instituição, a partir das bases teóricas da psicologia.

IV- META

Atender os pacientes encaminhados pelo Setor de Serviço Social da ACORAC.

V- METODOLOGIA

Realização de entrevista inicial para a coleta de dados com os pacientes encaminhados pelo Setor de Serviço Social;

Atendimento individual aos pacientes, periodicamente quando necessário, tanto na própria entidade quanto na residência do paciente quando este apresentar dificuldade para comparecer ao atendimento;

Atendimento individual aos familiares dos pacientes, quando necessário, visando a orientação destes;

Planejamento de novos grupos de orientação com os familiares dos pacientes;

Estudos de casos junto com o Setor de Serviço Social;

Visitas domiciliares junto ao Setor de Serviço Social;



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

Implantação de campanhas de prevenção e conscientização da comunidade sobre o câncer.

VI- RECURSOS

Humanos

- Profissional de Psicologia

Físicos

- Sala de atendimento

Materiais

- Cadeiras
- Mesas
- Arquivo de aço
- Papéis
- Canetas
- Pastas suspensas
- Aparelho telefônico
- Computador
- Impressora
- Internet

Financeiros:

- Anexo I

[Handwritten signature]



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

PROJETO FISIOTERAPIA:

Período: Janeiro a Dezembro 2014

Responsável pelo projeto: Amanda Ramo – Fisioterapeuta CREFITO 3 – 124219 -F

1.0 Introdução

1.1 O que é câncer

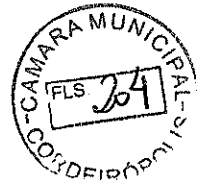
Câncer é um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (**maligno**) de células que invadem tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (**metástase**) para outras regiões do corpo. Dividindo-se rapidamente, estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores (acúmulo de células cancerosas) ou **neoplasias malignas**.

1.2 Câncer de mama

Dentre esse conjunto de doenças têm-se o câncer de mama, segundo tipo mais freqüente no mundo, o câncer de mama é o mais comum entre as mulheres, respondendo por 22% dos novos casos a cada ano.

No Brasil, as taxas de mortalidade por câncer de mama continuam elevadas, muito provavelmente porque a doença ainda é diagnosticada em estádios avançados. Na população mundial, a sobrevida média após cinco anos é de 61%.

Relativamente raro antes dos 35 anos, acima desta faixa etária sua incidência cresce rápida e progressivamente. Estatísticas indicam aumento de sua incidência tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), nas décadas de 60 e 70 registrou-se um aumento de 10 vezes nas taxas de incidência ajustadas por idade nos Registros de Câncer de Base Populacional de diversos continentes.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

Se diagnosticado e tratado oportunamente, o prognóstico é relativamente bom. A prevenção se baseia no auto-exame e exames complementares (mamografia e ultrassonografia de mama). A história familiar é levada em conta, bem como o aumento da idade, a menarca precoce, a menopausa tardia, primeira gestação após os 30 anos e a nuliparidade.

O tratamento fica a cargo do médico especialista (mastologista/oncologista) e se baseia em medicações, quimioterapia, radioterapia e cirurgias (mastectomia). O importante, a saber, é que todo esse tratamento oncológico pode trazer desconfortos e alterações físicas e psicológicas.

1.3 Paciente oncológico acamado

Independentemente do tipo de câncer, o paciente oncológico pode vir a ficar acamado. Nessa situação toda a família se mobiliza e tem de aprender a lidar com a nova realidade.

O dia a dia de quem cuida de um paciente com câncer é bastante atarefado. Diante do diagnóstico, algumas mudanças e adaptações deverão ser feitas por todos os membros da família. É muito importante que cada um compreenda sua função nesse momento.

1.4 ACORAC

A ACORAC Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer, situada em Cordeirópolis e fundada no ano de 2002, nasceu da necessidade em auxiliar e complementar o tratamento dos cidadãos de Cordeirópolis acometidos pela doença.

Tendo como missão proporcionar aos doentes de câncer acesso aos benefícios que a doença exige e suporte técnico humanizado, oferecendo atendimento multidisciplinar nas áreas de Fisioterapia, Psicologia, Nutrição e Serviço Social.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

1.5 Fisioterapia

A fisioterapia é uma ciência que busca prevenir e tratar disfunções cinéticas funcionais de órgãos e sistemas. Dentre suas atuações tem-se a Fisioterapia Oncofuncional que tem como objetivo preservar, manter, desenvolver e restaurar a integridade cinético-funcional de órgãos e sistemas do paciente, assim como prevenir os distúrbios causados pelo tratamento oncológico. Proporcionando melhor qualidade de vida ao portador da doença.

2.0 Objetivos

O objetivo desse projeto é beneficiar o paciente portador de câncer de mama e o paciente oncológico acamado através de técnicas específicas para preservar, manter, desenvolver e restaurar a integridade cinético-funcional do paciente. Há também a objetividade de orientar os familiares a lidar com a nova realidade de forma adequada, minimizando desconfortos tanto ao paciente como ao familiar/cuidador.

3.0 Metodologia

Para a realização do atendimento fisioterapêutico é necessário uma sala com maca, mesa e cadeira, fita métrica, papel, caneta, lápis, papel toalha e álcool.

No atendimento domiciliar não há exigências.

O atendimento terá duração de uma hora, independente se realizado em consultório ou domicílio.

3.1 Paciente mastectomizada

As pacientes mastectomizadas, ou seja, que passaram por tratamento cirúrgico para o tratamento do câncer de mama, serão atendidas após encaminhamento do médico à fisioterapia. Nesse caso são pacientes com linfedema, causando incomodo, dor e dificuldades em suas atividades de vida diária.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

O atendimento será iniciado com uma avaliação e perimetria do membro acometido; seguido de tratamento com a orientação de exercícios de alongamento e movimentação ativa e aplicação da técnica de massagem de drenagem linfática, técnica esta que através de movimentos leves e rítmicos proporcionam a diminuição do edema proporcionando uma melhora funcional do membro acometido.

3.2 Paciente em domicílio

Os pacientes acamados receberão atendimento à domicílio. O atendimento compreende a orientação do familiar/cuidador a forma adequada de lidar com o paciente acamado.

4.0 Recurso financeiro:

- Anexo I

5.0 Conclusão

A fisioterapia é um atendimento de grande importância ao paciente portador de câncer, pois traz melhora da qualidade de vida.

O projeto compreende o atendimento à pacientes portadoras de linfedema e aos acamados.

Pensando na ampliação e melhora do atendimento fisioterapêutico visamos abordar outras técnicas como:

- fisioterapia respiratória – para auxiliar em pacientes com diminuição da capacidade respiratória advinda do câncer e/ou tratamento.
- palestras – para conscientizar as pacientes da sua nova realidade, orientando sobre restrições de certos movimentos e proibições para manter a saúde e o bem estar.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

Uma técnica amplamente utilizada nesses casos é a radioterapia ou mesmo a cirurgia radical, realizando a retirada total ou parcial do órgão.

Ambas as técnicas, como já explanado, podem trazer desconfortos, o mais comum são alterações miccionais com urgência e incontinência urinária, e alterações intestinais proctológica como urgência e incontinência fecal.

Certas alterações ocorrem pela falta que o órgão retirado, total ou parcialmente, em casos de cirurgias, acarreta na função esfinteriana. Ou mesmo pela lesão actínica causada pela radioterapia, alterando o funcionamento vesical, intestinal, bem como o funcionamento esfinteriano pela lesão muscular.

1.3 ACORAC

A ACORAC Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer, situada em Cordeirópolis e fundada no ano de 2002, nasceu da necessidade em auxiliar e complementar o tratamento dos cidadãos de Cordeirópolis acometidos pela doença.

Tendo como missão proporcionar aos doentes de câncer acesso aos benefícios que a doença exige e suporte técnico humanizado, oferecendo atendimento multidisciplinar nas áreas de Fisioterapia, Psicologia, Nutrição e Serviço Social.

1.4 Fisioterapia nas disfunções do assoalho pélvico pós-tratamento oncológico

A fisioterapia aplicada às disfunções do assoalho pélvico lança mão de algumas técnicas terapêuticas, como a eletroterapia, biofeedback, reeducação perineal, reeducação miccional e intestinal.

O tratamento tem poucas contraindicações e não traz efeitos adversos, e na grande maioria dos casos cessa com a disfunção ou no mínimo ameniza os sintomas proporcionando uma melhor qualidade de vida.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

2.0 Objetivos

O objetivo desse projeto é proporcionar ao paciente acometido de câncer em região pélvica, através de técnicas específicas, a manutenção vésico-esfincterianas e reto-esfincterianas.

3.0 Metodologia

Para a realização do atendimento fisioterapêutico é necessário uma sala com maca, mesa e cadeira, papel, caneta, lápis, gel condutor, fita adesiva, aparelho Dualpex (eletroterapia), aparelho Neurodyn (biofeedback), sonda anal, sonca vaginal, preservativo sem lubrificante, papel toalha e álcool.

O atendimento terá duração de uma hora, utilizando técnicas e aparelhos mais adequados ao caso do paciente em tratamento.

Todos pacientes devem estar em acompanhamento com seus respectivos médicos, que servirão de apoio técnico ao tratamento fisioterapêutico.

4.0 Recurso financeiro:

- Anexo I

5.0 Conclusão

A fisioterapia nas disfunções do assoalho pélvico é de grande valia para o paciente portador de câncer em região pélvica, já que a doença em si bem como seus tratamentos podem ocasionar alterações desagradáveis que podem acarretar numa diminuição da qualidade de vida deste indivíduo portador. E com a técnica correta e bem colocada proporcionará a restauração da função perineal como reintegrará à melhora da qualidade de vida.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

PROJETO: GRUPO PARA ALONGAMENTO ASSOCIADO COM TÉCNICAS DE RELAXAMENTO

Período: Janeiro a Dezembro 2014

Responsável pelo projeto: Amanda Rampo – Fisioterapeuta CREFITO 3 – 124219 -F

1.0 Introdução

Com a correria do dia a dia, fica difícil hoje alguém não se queixar do stress. Porém essa sensação não deve ser aceita, já que estudos comprovam a relação do stress com o câncer.

Muitas são as hipóteses sobre o surgimento do câncer, mas uma linha de pesquisa científica afirma que agentes de stress podem estar associadas com o crescimento de tumores em doentes de câncer. Além disso, outra vertente de especialistas afirmam que as emoções negativas representam o elo que funde os hormônios do estresse e as inflamações, em câncer.

Alguns comprovam que as células submetidas ao estresse podem emitir sinais que provocam a geração de tumores nas células sadias vizinhas e que o stress também pode atrapalhar o andamento do tratamento oncológico.

1.1 Stress como agravante da doença ou dificultador do tratamento oncológico

Já é fato e aceito pelos médicos que o câncer progride mais rápido nos pacientes que não conseguem lidar com o stress gerado pela doença. A explicação está no aumento de hormônios adrenérgicos, da família da adrenalina, gerados por situações de stress e que se unem a células tumorais aumentando-as.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

1.2 Benefício do exercício físico e do relaxamento para a saúde do portador de câncer

Pacientes que buscam uma melhor qualidade de vida e tentam de alguma maneira diminuir o nível de stress em seu dia a dia, tem respostas mais favoráveis ao tratamento. Tal fenômeno acontece devido a uma substância produzida no cérebro, a beta-endorfina que é liberada sempre que experimentamos uma sensação de prazer e bem estar.

A beta-endorfina pode ser liberada ao realizarmos uma atividade física, damos nsadas, lembramos de algo que fora prazeroso como uma viagem ou mesmo lembrarmos da sensação de quando nos casamos, tivemos nossos filhos ou netos.

1.3 ACORAC

A ACORAC Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer, situada em Cordeirópolis e fundada no ano de 2002, nasceu da necessidade em auxiliar e complementar o tratamento dos cidadãos de Cordeirópolis acometidos pela doença.

Tendo como missão proporcionar aos doentes de câncer acesso aos benefícios que a doença exige e suporte técnico humanizado, oferecendo atendimento multidisciplinar nas áreas de Fisioterapia, Psicologia, Nutrição e Serviço Social.

1.4 Fisioterapia contribuindo com o bem estar

A fisioterapia pode ser empregada, além de tratar disfunções cinéticas funcionais de órgãos e sistemas, para prevenir tais alterações e como busca de uma melhor qualidade de vida através de exercícios. Dentre esses exercícios destacamos neste projeto o alongamento e técnicas respiratórias como fonte de prevenção de lesões, aquecimento corporal e acionador da liberação dos hormônios, como a beta-endorfina.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

2.0 Objetivos

O objetivo desse projeto é beneficiar o paciente portador de câncer, seus familiares e cuidadores a enfrentar o tratamento oncológico com melhor qualidade de vida e bem estar.

3.0 Metodologia

A técnica será realizada em grupo de no máximo 10 pessoas, podendo ser de ambos os sexos, desde que esteja apto e liberado à realizar exercício físico leve. Para a realização há necessidade de colchonetes e espaço amplo, e os usuários, familiares e cuidadores deverão comparecer com vestes leves e adequadas para a prática do exercício.

3.1 Técnicas de alongamentos

Os exercícios de alongamentos contemplarão todos os grupos musculares.

Cadeia anterior: -membros superiores (MMSS)
-membros inferiores (MMII)
-escalenos
-esternocleidomastoideos

Cadeia posterior: - MMSS
-MMII
-coluna cervical
-coluna lombar

3.2 Técnicas de relaxamento

Proporcionar, através da junção de técnicas respiratórias e imaginação, o bem estar na busca de uma melhor qualidade de vida.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

4.0 Recurso financeiro:

- Anexo

5.0 Conclusão

Conclui-se diante a teoria explanada acima a necessidade de proporcionar técnicas que busquem a melhoria da qualidade de vida dos pacientes portadores de câncer, seus familiares e cuidadores e concomitantemente o auxílio no tratamento oncológico ao doente.

PROJETO TRATAMENTO DIETOTERÁPICO NAS NEOPLASIAS

Período: Janeiro a Dezembro de 2014.

Responsável pelo Projeto: Dra. Lilia Maria Alves Gomes – Nutricionista CRN: 3122

Introdução

O câncer desafia os progressos da medicina moderna e continua sendo responsável pela morte de milhões de pessoas. Muitos cânceres são tratados com sucesso, mas muitos ainda são extremamente difíceis de combater, matando uma boa parte da população ativa da sociedade.

Atualmente dados científicos mostram que vários tipos de câncer podem ser prevenidos, através da modificação de hábitos alimentares, incluindo alimentos que tem o poder de combater os tumores em sua origem e impedir o seu desenvolvimento.

Um fator relevante é que o emprego de alimentos ricos em moléculas com propriedades anticancerígenas colaboram muito e não tem os efeitos secundários dos medicamentos sintéticos.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

Os alimentos com composto anticancerígeno e a adoção de uma alimentação equilibrada e mais saudável é de grande valor como complemento essencial às terapias atualmente disponíveis.

Estima-se atualmente que 30% de todos os tipos de câncer estão diretamente ligados ao regime alimentar das pessoas. Essa estatística assusta, pois os alimentos que comemos não parecem apresentar riscos tão graves à saúde. Dentro dos cânceres do sistema gastrointestinal (esôfago, estômago, cólon) 90% dos casos podem ser atribuídos a alimentação.

A essa responsabilidade que se atribui a alimentação na incidência de tumores malignos vários fatores entram em jogo como o excesso no consumo de calorias, gorduras, alimentos industrializados e processados. Por outro lado, estudos epidemiológicos conseguiram estabelecer uma relação estreita entre a falta de consumo de vegetais como frutas, legumes, verduras, leguminosas e conseqüentemente fibras com aumento da taxa de vários cânceres.

Sendo assim, cada vez mais a educação alimentar, juntamente com as mudanças de hábitos alimentares são fundamentais. As instituições que trabalham com pacientes com doenças neoplásicas devem cada vez mais investir na orientação nutricional para auxiliar no tratamento do câncer e amenizar efeitos colaterais causados pelo tratamento químico e radioterápico.

Outro fator importantíssimo no tratamento oncológico de um paciente é considerar que na maioria dos casos os familiares e cuidadores também ficam "doentes". Muitos têm dificuldade de aceitar essa nova realidade, outros se revoltam ou se deprimem e muitos não entendem que esta nova situação requer mudanças no comportamento familiar. Há a necessidade de orientar juntamente com o paciente, o familiar ou cuidador, frisando para ele que esse paciente necessita de apoio e colaboração para o sucesso do tratamento. No que se refere à alimentação é de extrema importância que a família entenda que a alimentação adequada e orientada



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

para aquele caso é fundamental para a recuperação e para o bem estar do paciente e que colabore para que as mudanças e recomendações sejam seguidas rigorosamente.

Justificativa

A ACORAC atende pacientes com câncer de todo o tipo, principalmente aqueles que têm além da doença outros problemas de vida pessoal, social e econômico. Manter uma equipe interdisciplinar atuando junto a eles e até mesmo aos seus familiares traz grande benefício no processo de recuperação. O que se percebe é que estas pessoas, por todo um contexto de vida têm falta de informação em relação à alimentação e as propriedades dos alimentos.

As consultas nutricionais individuais bem como atendimentos em grupo são de extrema importância para proporcionar mais conforto aos doentes. Outro fator relevante é que as doações de alimentos feitas pela entidade podem ser orientadas e monitoradas pelo profissional de nutrição que irá indicar alimentos adequados para cada caso.

A orientação dos familiares também é necessária porque na maioria dos casos é alguém da família que será responsável pela confecção da dieta. O paciente deve ser conscientizado de como é necessário que ele siga as orientações e aceite mudanças, porém o familiar deve ser convencido de que os bons hábitos alimentares e os cuidados no pré-preparo e no preparo dos alimentos, bem como o seguimento dos horários e as quantidades recomendadas da dieta, devem ser seguidos.

Objetivo Geral

Investir na promoção da saúde dos pacientes com câncer, atendidos pela ACORAC visando recuperação da doença e melhoria na qualidade de vida através de orientação nutricional individual, equilibrada, balanceada e adequada, promovendo também a orientação nutricional nos familiares para que os mesmos não só auxiliem o paciente, mas que também melhorem o padrão alimentar de toda a família.



Associação Cordeirópolis de Apoio aos Portadores de Câncer

Objetivos Específicos

- Avaliar o estado nutricional do paciente;
- Recuperar o peso ideal;
- Orientar a dietoterapia adequada para cada caso;
- Amenizar alguns efeitos colaterais que a quimioterapia produz;
- Ensinar o paciente a utilizar o poder antioxidante, funcional e anticancerígeno dos alimentos;
- Ensinar o paciente a preparar os alimentos de maneira correta para que o mesmo não perca suas propriedades nutricionais;
- Orientar quanto a importância da rotina alimentar, sendo os horários fundamentais para a boa nutrição;
- Fornecer receitas nutritivas e saudáveis;
- Orientar na lista de alimentos a serem doados;
- Prescrever complementação nutricional quando necessário;
- Conscientizar os familiares quanto à necessidade de mudanças nos hábitos alimentares da família e das restrições ao paciente;
- Promover a Educação Nutricional junto aos familiares;
- Contribuir com a prevenção de novos casos de câncer na família, com a correção dos erros alimentares.

Metas

- Recuperar peso e estado nutricional de 20% dos pacientes consultados;
- Modificar os hábitos alimentares de 90% dos pacientes atendidos;
- Amenizar 10% dos efeitos colaterais da quimioterapia;
- Modificar em 80% os hábitos alimentares de toda a família;

Metas estas que se pretende cumprir dentro do período de 1 ano de atendimento.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

Desenvolvimento

1. Consultas Individuais (Primeira):

- Tomada de medidas antropométricas;
- Avaliação nutricional;
- Anamnese alimentar;
- Entrevista com dados clínicos e pessoais;
- Inquérito alimentar;
- Orientação da dieta
- Elaboração de lista de alimentos e/ou suplementos doados quando necessário.

2. Consulta Individual (Retorno):

- Tomada de medidas antropométricas;
- Avaliação nutricional;
- Verificação dos resultados da dieta;
- Modificações na dieta quando necessário.

Nestas consultas muitas vezes, os pacientes e principalmente seu cuidador e ou familiar recebem orientações quanto à seleção e compra de alimentos, higiene e técnicas corretas de preparo para melhorar aproveitamento das propriedades terapêutica dos alimentos.

3. Aulas em Grupo:

Quando necessário ou solicitado pode haver momentos em grupo com pacientes, onde diversos temas de nutrição podem ser desenvolvidos. É recomendado que todo paciente novo seja incluso em um grupo, de pacientes novos e todos tenham uma palestra inicial para orientações gerais quanto os bons hábitos alimentares e particularidades sobre alimentação e neoplasias.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

4. Atendimento aos Familiares e ou Cuidador:

Os membros da família devem receber orientações quanto:

- À seleção e aquisição de gêneros alimentícios;
- Ao armazenamento correto e a higiene dos alimentos;
- Às técnicas corretas de Pré-preparo e Preparo dos alimentos;
- À utilização corretas das sondas enterais, bem como sua higienização e manutenção;
- Ao porcionamento e fracionamento da alimentação, seja ela oral ou enteral;
- À diluição e preparo correto das fórmulas nutricionais industrializadas.

5. Visitas Domiciliares.

- Propiciar maior conforto ao paciente, quando necessário;
- Verificar a situação alimentar da família, bem como as condições de higiene ambiental;
- Certificar o uso correto das fórmulas industrializadas oferecidas pela ACORAC.

6. Oficinas

- Aulas práticas de culinária para orientação das técnicas corretas de pré-preparo e preparo para melhor absorção de nutrientes;
- Desenvolvimento de receitas saudáveis para variação do cardápio;
- Aplicação de práticas corretas de aproveitamento total dos alimentos;
- Técnicas de congelamento e de armazenamento dos alimentos.

Cronograma

O atendimento ocorre uma vez por mês, através de consultas com duração de 20 a 30 minutos.

Esse atendimento pode cobrir de 8 a 10 pacientes por mês, entre primeiras consultas e retornos.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

Recursos Necessários

- Material: folders, impressos, cópias;
- Espaço físico: sala individual para o atendimento e cozinha;
- Equipamento: balança antropométrica e material propício para projeção de informações (aulas em grupo), utensílios e equipamentos de cozinha;
- Carro.
- Financeiro: Anexo I.

Avaliação

Acompanhamento do paciente, avaliando o seu estado nutricional monitorando dieta e verificando os resultados através da diminuição ou da extinção de sintomas colaterais do tratamento convencional, como também verificação da manutenção do peso ideal.

Entrevista com familiares para observar o grau de entendimento das orientações nutricionais recebidas e para analisar se houve mudança de hábitos alimentares.

Conclusão

O estilo de vida das pessoas tem papel fundamental para desenvolvimento do câncer. Cerca de um terço dos tumores malignos estão diretamente ligados à natureza do regime alimentar.

Uma alimentação diversificada, rica em frutas e legumes, associada ao controle do aporte calórico, de modo a evitar o excesso de peso, constitui um meio simples e eficaz de reduzir significativamente os riscos de incidência do câncer.

A terapia através da alimentação não contribui só na prevenção, mas também no tratamento dos tumores diagnosticados. Sendo assim a Ciência da Nutrição deve cumprir seu papel dentro das entidades voltadas ao combate do câncer.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

PROJETO DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2014.

Responsável pelo Projeto: Dra. Lilia Maria Alves Gomes – Nutricionista CRN: 3122

1. Introdução

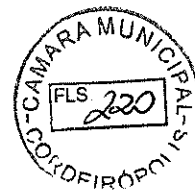
A ACCORAC – Associação Cordeirópolisense de Atendimento ao Câncer, através da criação de um Setor de Nutrição, deve exercer junto a comunidade, função educativa e não só auxiliar no tratamento das neoplasias, visando sempre a manutenção da saúde, a melhoria na qualidade de vida e principalmente de sobrevivência.

Esse trabalho tem a responsabilidade de educar quanto aos hábitos alimentares saudáveis, prevenindo e tratando doenças, orientando sobre os alimentos e suas propriedades, incentivando o aproveitamento nutricional completo de todas as partes comestíveis do alimento, avaliando e recuperando as condições da clientela quando houver transtornos alimentares, preparando famílias para otimizar os recursos disponíveis na seleção e compra de alimentos, bem como orientar quanto à importância da higiene na manipulação dos alimentos.

Paralelamente, este projeto contribui para a formação de agentes multiplicadores, capacitados para transmitir orientações e informações básicas quanto à segurança alimentar.

O projeto preocupa-se em desenvolver atividades práticas e atrativas para a clientela, através de reuniões, mini-cursos, palestras, e outros.

A área de nutrição está diretamente ligada à área da Saúde, portanto atividades dessa natureza são de grande valor na prevenção de doenças oriundas de distúrbios alimentares, como também auxilia no tratamento dessas doenças e outras quando já instalados.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

2. Objetivos

Objetivo geral

- Proporcionar aos usuários do programa, melhoria na sua qualidade de vida, através da reeducação alimentar.

Objetivos Específicos

- Recuperar o estado nutricional dos usuários, quando o mesmo depender de erros alimentares, falta de conhecimento sobre alimentação e/ou doenças crônicas, neoplasias ou não associadas a nutrição;
- Contribuir para o controle de peso da população, em todas as faixas etárias e todos os estados fisiológicos e biológicos, procurando manter o padrão eutrófico;
- Praticar a profilaxia em relação à nutrição dos indivíduos, através de orientações sobre alimentação saudável e equilibrada;
- Proporcionar conhecimentos na seleção e aquisição de alimentos de alto valor nutricional com gastos reduzidos;
- Ensinar quais alimentos tem papel importante no tratamento das neoplasias e quais devem ser evitados;
- Conscientizar a clientela, quanto à necessidade de praticar, domesticamente, técnicas corretas de armazenagem, pré-preparo dos alimentos para garantir o valor nutricional dos mesmos, evitar desperdícios e prevenir contaminações;
- Orientar quanto ao aproveitamento de todas as partes comestíveis dos alimentos, através de receitas alternativas, desde que cientificamente seguras e comprovadas;
- Capacitar e formar agentes multiplicadores dentro da comunidade, que transmitam conhecimentos na área de alimentação, visando melhor qualidade de vida.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

3. Justificativa

A atual condição sócio econômica em que a população vive, demonstra a necessidade de ações na área de nutrição que contribuam para melhorar o estado físico, mental, emocional da população.

Hoje, deparamos com duas realidades diferentes em relação ao estado nutricional das pessoas. De um lado, observamos pólos de carências nutricionais, decifrados através do baixo peso em crianças e gestantes, bem como subnutrição em idosos. Por outro lado é visível o descontrole na manutenção do peso, que atinge todas as classes sociais em todas as idades, levando as pessoas ao sobrepeso e obesidade. Assim como a carência nutricional traz consequências graves ao organismo humano, a obesidade, além de não manter o indivíduo bem nutrido, também traz riscos de saúde gravíssimos, devido às doenças que se associam ao excesso de peso.

No que se refere aos pacientes portadores de neoplasias sabemos que a necessidade da manutenção da boa nutrição é de extrema importância no tratamento da doença. O paciente durante os processos de quimioterapia e/ou de radioterapia sofre efeitos colaterais e um deles é o déficit nutricional, perda de peso e queda das plaquetas sanguíneas. Por outro lado alguns tratamentos, devido às drogas utilizadas levam ao ganho de peso.

Levando em conta estes fatores, fica claro que não só o aspecto econômico da família tem responsabilidade na qualidade do seu padrão alimentar, mas também a falta de conhecimento em relação às práticas alimentares.

Portanto um trabalho desta natureza, junto às famílias é de extrema necessidade, visto que não é só a utilização de dietas e produtos nutricionais industrializados que colaboram com o tratamento, mas também as boas práticas culinárias, a utilização da cocção correta e a seleção adequada de alimentos.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

4. Público-alvo

- Pacientes cadastrados na ACORAC;
- Familiares destes pacientes;
- Cuidadores destes pacientes.

5. Metodologia

Inicialmente, o desenvolvimento deste projeto será em local que possua instalação mínima e adequada de uma cozinha

O trabalho será desenvolvido através de:

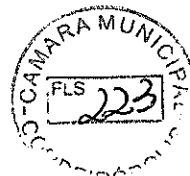
- Formação de grupos com no mínimo 10 pessoas.
- Aula prática para os participantes;
- Aula teórica sobre Higiene alimentar, pessoal e ambiental, Técnicas de pré-preparo e preparo de alimentos e Técnicas de aproveitamento e armazenagem de alimentos;
- Treinamento de agentes voluntários para atuarem como apoio do programa.

Todas essas práticas devem ser previamente organizadas e agendadas.

6. Recursos

Materiais:

- Material de escritório (em geral);
- Folders educativos;
- Apostilas;
- Pirâmide dos alimentos;
- Aparelho Multimídia e Notebook;



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

- Utensílios básicos de cozinha (panelas, formas, travessas, talheres de mesa e de preparo, facas de corte, peneira, coador, ralador, vasilhas plásticas, pratos, jaras e outros);
- Eletrodomésticos (fogão de 6 bocas, geladeira, liquidificador, batedeira, mini processador, espremedor de suco, centrífuga, mix);
- Descartáveis (prato grande e pequeno, copos de 150 ml, copos de café de 50 ml, potes de sobremesa de 100 ml)
- Material de limpeza e desinfecção (produtos, panos e a fins)
- Toalha de mesa e guardanapos
- Alimentos (in natura e industrializados) conforme o tema da aula.

Humanos:

- Nutricionista (01 profissional);
- Agentes voluntários para apoio das aulas;
- Voluntários para limpeza do local.

Financeiro:

- Anexo I

7. Local

Cozinha com instalações adequadas e espaço físico que comporte as aulas práticas, e que tenha espaço que propicie a projeção das aulas teóricas.

8. Conclusão

Com o projeto aqui proposto, desejamos contribuir para a saúde de todos os beneficiados da ACORAC e de toda a sua família.



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

12 - RECURSOS FINANCEIROS (anexo I)

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

NATUREZA DA DESPESA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Salários	R\$- 8.700,00	R\$- 104.400,00
Encargos Sociais	R\$- 2.155,00	R\$- 25.860,00
Suplementos Alimentares	R\$- 7.400,00	R\$- 88.800,00
Alimentação Especial	R\$- 5.126,00	R\$- 61.512,00
Medicamentos	R\$- 3.600,00	R\$- 43.200,00
Fraldias	R\$- 112,50	R\$- 1.350,00
Telefone	R\$- 313,00	R\$- 3.756,00
Aluguel	R\$- 1.670,00	R\$- 20.040,00
Energia Elétrica	R\$- 83,00	R\$- 996,00
Gráfica/Papelaria	R\$- 265,00	R\$- 3.180,00
Supermercado (produto de limpeza, etc)	R\$- 230,00	R\$- 2.760,00
Manutenção de Móveis e Utensílios	R\$- 40,00	R\$- 480,00
Despesas Administrativas (Escritório contábil)	R\$- 350,00	R\$- 4.200,00
Despesa Bancárias/ Financeiras	R\$- 250,00	R\$- 3.000,00
Despesas com Veículos (seguro/licenciamento)	R\$- 850,00	R\$- 10.200,00
Despesas Diversas (água bebedouro, flores, etc)	R\$- 70,00	R\$- 840,00
TOTAL	R\$- 31.214,50	R\$- 374.574,00

VALOR A SER REPASSADO REFERENTE À SUBVENÇÃO: R\$- 30.000,00

CONTRA PARTIDA DA ENTIDADE:

R\$- 344.574,00 – Despesas pagas com recursos próprios (ACORAC).

R\$- 53.000,00 – Despesas projetadas referente ao trabalho voluntário.

TOTAL CONTRA PARTIDA DA ENTIDADE.....R\$- 397.574,00



Associação Cordeirópolisense de Apoio aos Portadores de Câncer

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

CONCEDENTE

1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
R\$2.500,00	R\$2.500,00	R\$2.500,00	R\$2.500,00	R\$2.500,00	R\$2.500,00
7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
R\$2.500,00	R\$2.500,00	R\$2.500,00	R\$2.500,00	R\$2.500,00	R\$2.500,00

PROPONENTE (CONTRA PARTIDA)

1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
R\$33.131,20	R\$33.131,16	R\$33.131,16	R\$33.131,16	R\$33.131,16	R\$33.131,16
7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
R\$33.131,16	R\$33.131,16	R\$33.131,16	R\$33.131,16	R\$33.131,16	R\$33.131,20

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Cordeirópolis/SP, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento.

Cordeirópolis, 08 de novembro de 2013.


ANTONIA MAURA BARRETO HESPANHOL
- Presidente da ACORAC -

Da Assessoria Jurídica
Ao Exmo. Sr. Presidente



Analizando o projeto de lei em questão, que cuida de autorização para conceder subvenção no valor de R\$ 350.000,00 ao Centro Comunitário Municipal; no valor de R\$ 30.000,00 à Associação Cordeiropolense de Apoio aos Portadores de Câncer e R\$ 30.000,00 à Ação Social e Educativa da Paróquia de Santo Antonio de Cordeirópolis.

A referida lei é taxativa ao exigir, para fazer jus à subvenção, que a entidade beneficiada faça atenda ao determinado nos incisos de seu artigo 5º, sem o que, o Executivo está impedido de transferir à entidade qualquer valor.

Do ponto de vista legal, entende esta assessoria que não há qualquer vício a macular o projeto de lei em questão, quer quanto a competência, quer quanto à Constituição Federal.

Todavia, alerto para que, em se tratando de matéria financeira, a competência é exclusiva do Exmo. Sr. Prefeito, não podendo os Il. Edis promover qualquer emenda quanto a valores.

À alta apreciação de V. Exª

Aos 09 de janeiro de 2014.

REYNALDO COSENZA
OAB/SP nº 32.844

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Protocolo Nº
0023/2014

Data: 10/01/2014

Hora: 09:01:00

Remetente: Assessoria Jurídica da Câmara

Assunto: Parecer PL 02/14 que dispõe sobre a concessão e subvenções para 2014 e autoriza abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme especifica

CONSULTA/0101/2014/MN

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS – SP

At.: Sr. Paulo C. Tamiazo



Câmara Municipal – Projeto de lei, de iniciativa do prefeito, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme específica e dá providências correlatas – Transferência de recursos públicos para o setor privado – Concessão de subvenção, auxílio ou contribuição às entidades associativas beneficentes – Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei do Orçamento – Exigibilidade de autorização legislativa específica – Abertura de crédito adicional especial – Decisão normal quando inexistente dotação orçamentária específica para atender a despesa – Crédito suplementar – Reforço das dotações orçamentárias específicas e já existentes – A autorização para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais até determinada quantia, importância ou percentual sobre o orçamento de despesas deve estar na Lei Orçamentária Anual e quando há superação do limite legal deve ser editada lei municipal específica – Conformidade com as disposições constitucionais, organizacionais e legais – Autorização legislativa – Destinatário – Prefeito do Município – Iniciativa exclusiva – Considerações.

CONSULTA:

A Administração Consulente encaminha projeto de lei, de iniciativa do prefeito, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme especifica e dá providências correlatas para análise.

ANÁLISE JURÍDICA

Em nossa opinião, não vislumbramos nenhum óbice oporável à tramitação e, se for o caso, aprovação pelo Plenário cameral da proposta legislativa ora em comento.

Como é sabido e ressaltado, o art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00) estabelece os procedimentos preliminares à concessão de auxílio financeiro e/ou contribuição, determinando que a destinação de recursos públicos para o setor privado deve estar autorizada por lei específica, sujeitar-se às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, por fim, estar prevista no orçamento anual ou em seus créditos adicionais.

Nesse sentido, lecionam Flávio C. de Toledo Jr. e Sérgio Ciquera Rossi, *in verbis*:

“Já no caso dos auxílios e subvenções, havia os que antes entendiam desnecessária lei específica para autorizar auxílios e subvenções; para isso, bastaria uma dotação genérica na lei orçamentária anual. Essa ausência de detalhamento ensejava alta margem de discricionariedade, de tal sorte que, não raro, o Poder Executivo beneficiava clubes de futebol em detrimento de hospitais filantrópicos ou orfanatos. O artigo em análise põe fim à controvérsia. No caso de auxílio ou subvenção, a ajuda estatal atentará, sempre, para essa tripla exigência:

sujeitar-se às condições pactuadas na lei de diretrizes orçamentárias, que, a título de exemplo, podem assentar-se na certificação da entidade junto ao respectivo Conselho Municipal, na prestação de contas a cada seis meses e no atendimento de famílias com renda inferior a dois salários mínimos (art. 4º, I, f); estar autorizada em lei específica, de iniciativa do Poder Executivo, na qual compareça o nome da instituição e o valor do repasse; dispor de genérica autorização orçamentária, quer na lei de meios, quer nas que aprovam créditos adicionais. Nesse contexto, o parlamentar envolver-se-á no processo que define critérios para auxiliar pessoas físicas e jurídicas e, depois, avaliará qual o asilo, o orfanato, o albergue a beneficiar-se do dinheiro público. Assim, não mais se justificam autorizações restritas a genéricas dotações orçamentárias. (...) Por outro lado, as subvenções e os auxílios não geram direito subjetivo para a instituição privada. A simples existência de recurso orçamentário não cria direito a recebimento. No Brasil, prevalece a ideia de que o orçamento é lei meramente autorizativa: à sua programação não se vincula o ordenador de despesa. Com efeito, assim se posicionou o Supremo Tribunal Federal sobre o Recurso Extraordinário nº 34.851-DF: 'o simples fato de ser incluída, no orçamento, uma verba de auxílio a esta ou àquela instituição não gera, de pronto, direito a esse auxílio' (in RT nº 282, p. 859). Também, no Recurso Extraordinário nº 75.908-PR, a Suprema Corte pronunciou-se nesse mesmo sentido: 'A previsão de despesa, em lei orçamentária, não gera direito subjetivo a ser assegurado por via judicial'" (cf. *in Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada Artigo por Artigo*, 2ª ed., Editora NDJ, São Paulo, 2002, pp. 182/183).

Em suma, nenhuma dúvida pode restar que o ordenamento jurídico pátrio (ver, por exemplo, inc. V do art. 167 da Constituição da República) determina que a transferência de recursos públicos (a título de subvenções sociais, contribuições correntes ou de capital e auxílios) ao setor privado (notadamente as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza

continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação) depende de autorização da lei.

Aliás, a lei que concederá a subvenção, contribuição ou auxílio deve individualizar tanto a(s) entidade(s) filantrópica(s) beneficiária(s) da transferência dos recursos públicos como os valores que serão oportuna e periodicamente repassados e, inclusive, estabelecer as regras peculiares sobre a prestação de contas dos recursos transferidos.

Por outro lado, em consultas anteriores (ver Consultas nºs 2586, 2587, 2625, todas de 3/5/13; 3163, de 28/5/13; 3584, 3585, ambas de 11/6/13; 4139, de 3/7/13; 6945, de 21/10/13; 7464, de 8/11/13; 7704, de 25/11/13 e 8132, de 17/12/13) tivemos a oportunidade de afirmar – e ora voltamos a reiterar – que quando *inexiste* dotação específica, a decisão normal é proceder à *abertura de crédito especial*.

Relativamente à abertura de créditos suplementares, que, como é sabido, se dá para *reforçar* as dotações orçamentárias específicas e *já existentes ou constantes do orçamento*, temos a considerar que:

a) se a Lei Orçamentária Anual (LOA) contemplar essa autorização e fixar o limite (ver inc. I do art. 7º da Lei nº 4.320/64), o Chefe do Poder Executivo poderá abrir créditos adicionais em favor de tais e quais órgãos ou entidades municipais *mediante decreto* (ver art. 42 da Lei nº 4.320/64), não havendo, pois, necessidade alguma de obter nova autorização legislativa; e

b) se a LOA não contemplou autorização para abertura de créditos adicionais ou, por tal e qual motivo, o limite percentual autorizado na LOA foi superado, o Chefe do Poder Executivo deverá desencadear, tantas e quantas vezes, o processo legislativo da lei autorizadora da abertura de novos créditos adicionais.

Por sua vez, esclareça-se que as fontes de recursos para abertura de créditos adicionais são aquelas previstas e definidas nos parágrafos do art. 43 da Lei nº 4.320/64, quais sejam: *superávit* financeiro, *excesso de arrecadação*, anulação

total ou parcial de dotações orçamentárias e produto das operações de crédito.

Enfim, enfatizamos que, em face das Leis de Responsabilidade Fiscal e do Orçamento, não vislumbramos nenhum óbice oponível à apreciação da proposta legislativa ora em comento.

Por fim, não é por demais lembrar que cabe à Câmara Municipal autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais (ver inc. III do art. 11 da LOM) e que a abertura de créditos adicionais especiais depende de prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes (ver inc. VI do art. 155 da LOM c/c o inc. V do art. 167 da Constituição da República), lembrando-se que, se o destinatário da autorização legislativa é o prefeito, só o Chefe do Poder Executivo poderá desencadear o processo legislativo ora em comento.

São Paulo, 10 de janeiro de 2014.

Elaboração:



Marcos Nicanor S. Barbosa
OAB/SP 87.693

Aprovação da Diretoria NDJ



Angelo Iadecico
Superintendente



CONSULTA/0118/2014/MN

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS – SP

At.: Sr. Paulo C. Tamiazo – Diretoria Geral

Câmara Municipal – Projeto de lei, de iniciativa do prefeito, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme específica e dá providências correlatas – Oferecimento de emendas legislativas pelos vereadores – Admissibilidade – Posicionamento doutrinário – Limitações constitucionais e organizacionais – Publicações NDJ – Considerações.

CONSULTA

A Administração Consulente reporta-se à Consulta nº 0101, de 10/1/14, e encaminha-nos para análise cópia da proposta de emenda legislativa ao Projeto de Lei nº 2/14, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme específica e dá providências correlatas.

ANÁLISE JURÍDICA

Como é sabido, durante a tramitação do processo legislativo é lícito e legítimo o oferecimento de emendas legislativas aos projetos orçamentários (ver parágrafos do art. 156 da Lei Orgânica do Município).

Vale lembrar que os atualizadores da obra de Hely Lopes Mello asseveram que “(...) a exclusividade da iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto às matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar emendas supressivas e restritivas, não lhe sendo permitido, porém, oferecer emendas ampliativas, porque essas transbordam da iniciativa do Executivo. (...) Negar sumariamente o direito de emenda à Câmara é reduzir esse órgão a mero homologador da lei proposta pelo Prefeito, o que nos parece incompatível com a função legislativa que lhe é própria. Por outro lado, conceder à Câmara o poder ilimitado de emendar a proposta de iniciativa exclusiva do Prefeito seria invalidar o privilégio constitucional estabelecido em favor do Executivo. A propósito escreveu Caio TÁCITO: ‘Dentro do círculo da proposta do Executivo poder-se-á exercer o direito de emenda, inclusive para suprir as omissões ou deficiências verificadas no curso da elaboração legislativa. O que repugna ao espírito da regra constitucional é a aceitação de que, vencido o obstáculo inicial da proposta do Governo, possa o Legislativo modificá-la com absoluta liberdade de criação, transmudando-lhe o alcance e a substância para estabelecer situações que, explícita ou implicitamente, não se continham na iniciativa governamental’” (cf. *in* *Direito Municipal Brasileiro*, 16ª ed., Malheiros São Paulo, 2008, p. 749).

Todavia, há algumas limitações e é na Constituição da República que a encontramos – ver, também, dispositivos simétricos na Lei Orgânica desta municipalidade – para o oferecimento de emendas legislativas aos projetos de lei de iniciativa privativa e/ou exclusiva.

Vejamos:

i) os incs. I e II do art. 63 da Constituição da República determinam que as emendas legislativas não podem aumentar as despesas previstas (ver art. 51 da LOM);

ii) os §§ 3º e 4º do art. 166 da Constituição da República determinam que as emendas legislativas ao projeto de Lei do Orçamento Anual cujos projetos que as modifique somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei (ver parágrafos do art. 154 da LOM).

Em suma, é admissível o oferecimento de emendas legislativas aos projetos de leis orçamentárias, observadas, por certo, as limitações constitucionais e organizacionais, lembrando-se que a hipotética inobservância das limitações constitucionais e organizacionais poderá caracterizar ingerência indevida de um poder no outro e afronta ao art. 2º da Constituição da República e, deste modo, a emenda legislativa não poderá ser admitida pela Comissão de Orçamento e Finanças e tampouco pelo Plenário cameral.

Por fim, sobre os mais diversos aspectos do planejamento orçamentário, sugerimos a leitura das publicações NDJ, a exemplo de:

- BDM nº 1/95 – "REJEIÇÃO DO PROJETO DE PLANO PLURIANUAL. CONSIDERAÇÕES", Flavio C. de Toledo Jr.;
- BDM nº 5/95 – "ORÇAMENTOS", Edílio Ferreira;
- BDM nº 1/97 – "PROCESSO LEGISLATIVO: FASES E TÉCNICAS. INICIATIVA. SANÇÃO OU VETO. PROMULGAÇÃO. PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO", Moacyr de Araújo Nunes; e
- BDM nº 3/01 – "PROCESSO ORÇAMENTÁRIO MUNICIPAL À VISTA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (O)", Flavio C. de Toledo Jr. e Sérgio Ciqueira Rossi.

Esse é o nosso entendimento.

São Paulo, 14 de janeiro de 2014.

Elaboração:



Marcos Nicanor S. Barbosa
OAB/SP 87.693

Aprovação da Diretoria NDJ



Angelo Iadecico
Superintendente



CEIF-ENSUR n.º 002/2013


Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2014

Exmoº Sr.
Presidente da Câmara Municipal
Cordeirópolis - SP

Em resposta à solicitação do Sr. Paulo César Tamiazo, Diretor Geral da Câmara Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, remetemos-lhe, em anexo, o Parecer nº. 001/2013 que atende a sua consulta.

Na oportunidade, aproveitamos para apresentar-lhe nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Heraldo da Costa Reis
Coordenador do CEIF - ENSUR

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Protocolo Nº
0042/2014

Data: **15/01/2014** Hora **16:45:00**
Remetente: IBAM-Inst. Brasil. de Adm. Municipal
Assunto: PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 02/14,
DE AUTORIA DO EXECUTIVO



PARECER

CEIF-ENSUR nº. 001/2013

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2014

Interessado: Câmara Municipal de Cordeirópolis - SP

Análise do projeto de lei municipal de nº 02, de 03 de janeiro de 2014,
apresentado pelo Poder Executivo

CONSULTA

O Sr. Paulo César Tamiazo, Diretor Geral da Câmara Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, encaminha-nos para análise e avaliação o projeto de lei municipal nº 02, de 3 de janeiro de 2014, do Poder Executivo local.

RESPOSTA

De acordo com a ementa constante do Projeto de Lei nº 02, de 03 de janeiro de 2014, do Poder Executivo local, objeto da consulta, o objetivo desta lei é *dispor sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autorizar a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme específica e da providências correlatas.*

Para facilitar o entendimento da análise do mencionado projeto de lei nº 02/2014, este trabalho se dividirá nos seguintes temas:

1. Transferências a entidades jurídicas e pessoas físicas

As transferências de recursos financeiros às entidades públicas e/ou privadas se processam pelas seguintes formas:

- I. **Contribuições**, que se destinam a atender às necessidades das entidades em epígrafe, podendo serem aplicadas nas suas atividades meio e fim, sem que haja pois exigências por parte da entidade governamental beneficente, conforme o disposto no art. 12, § 2º, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, em consonância com o disposto no art. 26, *caput*, da Lei de responsabilidade Fiscal. Em realidade, são uma espécie de *benesse* concedida a entidades jurídicas sem fins lucrativos e para cobrir as necessidades de pessoa física, tendo em vista os relevantes serviços prestados à sociedade. As contribuições também poder ser feitas mediante lei especial, e que se destinam às aquisições de bens de capital, conforme explicitado no art. 12, § 6º, da Lei nº 4320/64.
- II. **Subvenções**, que, dependendo da natureza do objetivo a ser atendido, classificam-se em sociais e econômicas, conforme art. 12, § 3º, incisos I e II, da mencionada Lei nº 4320/1964.
 - a) **Sociais**, são as que se destinam às entidades sem fins lucrativos, prestadoras de serviços nas



áreas da educação, assistência social, cultura e saúde, cujas concessões sujeitam-se ao disposto no art. 16 e seu parágrafo único, da Lei 4320/1964, a seguir transcritos:

Art. 16 – Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

Parágrafo único – O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

b) Econômicas que, de acordo com o disposto no art. 18 e seu parágrafo único, em consonância com o art. 14, incisos e parágrafos respectivos da Lei Complementar nº 101/2000, a LRF, destinam-se a: I. cobertura de déficits de manutenção das empresas públicas de natureza autárquica ou não; II. cobrir diferença entre os preços de mercado e os de revenda de gêneros alimentícios e outros materiais, e III. pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros e materiais.

Conforme se verifica, as Subvenções, diferentemente das Contribuições, exigem contraprestação direta em bens e serviços, cujas execuções se processam por meio de convênios, em que se delineiam os respectivos objetivos, metas e valores a serem empregados nas atividades de caráter social e econômicas. Nas subvenções sociais, os recursos destinam-se à execução de atividades específicas nas áreas da educação, assistência social, saúde e cultura, enquanto nas subvenções econômicas os recursos destinam-se a promover e desenvolver atividades na área da economia, como uma espécie de incentivo fiscal.

III. Auxílios, para as despesas com aquisições de bens de capital, cuja autorização se origina na Lei orçamentária.

Esclareça-se que as entidades jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade lucrativa, e as de direito público, deverão organizar as suas contabilidades na forma disposta no art. 83 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, e sujeitarem-se às exigências do art. 74 da Constituição Federal. Como decorrência da aplicação do contido no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal essas entidades jurídicas, bem como qualquer pessoa física, que recebam recursos financeiros do Poder Público, apresentarão as suas prestações de contas ao Poder concedente, ficando os respectivos registros contábeis pendentes de regularização, caso as prestações de contas sejam rejeitadas.

2. Créditos Adicionais

Créditos adicionais são autorizações para realizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária (Ver arts. 40 a 46, respectivos §§ e incisos, da Lei 4320, de 17 de março de 1964).



Os créditos adicionais classificam-se em:

- Suplementares, os que se destinam ao reforço de dotações insuficientemente consignadas na lei orçamentária anual ou em crédito especial;
- Especiais, os que se destinam a promover a realização de despesas não autorizadas ou não previstas na lei orçamentária anual, e
- Extraordinários, os que se destinam a atender a despesas imprevisíveis, ou consideradas excepcionais diante de situações de exceção como o caso das calamidades públicas reconhecidas pelo Poder público.

Os créditos adicionais suplementar e especial são autorizados em leis específicas, abrindo-se, entretanto, uma exceção ao suplementar, cuja autorização poderá ser dada na própria lei orçamentária ou na lei que autoriza o crédito especial, desde que o Poder Legislativo aceite esta situação. A abertura do crédito suplementar e do crédito especial dar-se-á por Decreto do Executivo, inclusive o que se destina ao Poder Legislativo.

De acordo com o art. 43, §§ e incisos respectivos, a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, a abertura de crédito adicional suplementar ou de crédito especial dependerá da existência de recursos disponíveis e não comprometidos tais como anulação parcial ou total de recursos orçamentários, excesso de arrecadação, superávit financeiro e operações de crédito, bem como será acompanhado da necessária justificativa.

Esclareça-se que comprometimento dos recursos indicados, conforme o disposto no § 1º, do mencionado art. 43, se caracteriza pela vinculação a convênios, ou mediante leis a entidades autárquicas ou fundacionais ou a destinações determinadas por leis específicas como as operações de crédito.

3. Análise do projeto de lei nº 02, de 03 de janeiro de 2014

Com base na exposição introdutória, faz-se uma análise ao projeto de lei, objeto da consulta, bem da sua justificativa apresentada pelo Poder Executivo, como a seguir se apresenta:

1 – Análise do projeto de lei

- Os Arts. 1º ao 5º confundem subvenção com contribuição.
- Os arts. 6º e 7º autorizam a abertura de crédito suplementar, quando a autorização deve ser dada em lei específica. Demais disso, é necessário verificar se o recurso indicado para a abertura do crédito suplementar está ou não vinculado a uma destinação específica.
- Os arts. 8º e 9º autorizam a abertura de crédito especial, quando a autorização deve ser dada em lei específica. Demais disso, é necessário verificar se os recursos indicados para a abertura do crédito especial estão ou não vinculados a uma destinação específica.
- O projeto de lei, objeto desta análise e da consulta, não apresenta dispositivos que obriguem as entidades receptoras de contribuições, subvenções sociais e/ou econômicas ou auxílios



façam as respectivas contabilizações dos valores recebidos nos moldes do art. 83 da lei 4320/64, bem como da obrigatoriedade de se submeterem à fiscalização do Poder Público e apresentação das respectivas prestações de contas, conforme as disposições dos arts. 70 e 74, ambos da Constituição Federal.

II – Análise da Justificativa do Poder Executivo

A justificativa apresentada pelo Poder Executivo comete os mesmos equívocos do projeto de lei ao confundir subvenção com contribuição, conforme se verifica pelas leituras dos 2º ao 4º parágrafos do texto.

Demais disso, no 5º parágrafo do texto em epígrafe, verifica-se a confusão dos conceitos de contribuições e subvenções. O art. 26 da LRF, dentre os conceitos nele explicitados destacam-se as contribuições e as subvenções que estão claros no caput do art. bem como nos respectivos parágrafos, principalmente no § 2º.

Assim, com base no exposto, recomenda-se uma revisão no conteúdo do Projeto de Lei nº 02 de 03 de janeiro de 2014, em razão dos equívocos ali encontrados.

É o parecer.

Heraldo da Costa Reis
Coordenador do CEIF – ENSUR/IBAM
(Finanças, Orçamento, Contabilidade)



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"




CONVOCAÇÃO

JOSÉ GERALDO BOTION, Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis, convoca os Senhores Vereadores, nos termos do art. 40 da Lei Orgânica do Município, para uma sessão extraordinária a realizar-se no dia **10 de janeiro de 2014**, às 18h30 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Discussão e votação do Projeto de Lei nº 1/2014, do Sr. Prefeito Municipal, que dispõe sobre a concessão de vale alimentação aos servidores municipais, com inclusão no Programa de Alimentação ao Trabalhador, nos termos da Lei Federal nº 6321/76.
- 2) Discussão e votação do Projeto de Lei nº 2/2014, do Sr. Prefeito Municipal, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme especifica e dá outras providências correlatas.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 9 de janeiro de 2014.


JOSÉ GERALDO BOTION
Presidente



Câmara Municipal de Cordeirópolis


Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"

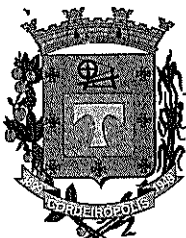
CONVOCAÇÃO



*JOSÉ GERALDO BOTION, Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis, convoca os Srs. Vereadores, nos termos do art. 40 da Lei Orgânica, para a **continuação da sessão extraordinária** do último dia 10, suspensa por tempo indeterminado, que irá se realizar no dia **21 de janeiro de 2014, a partir das 19 horas**, no Centro de Convivência do Idoso, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Continuação da discussão e votação** do Projeto de Lei nº 2/2014, do Sr. Prefeito Municipal, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme especifica e dá outras providências correlatas, propositura que recebeu uma emenda e pareceres da Assessoria jurídica, da Consultoria NDJ e do IBAM, já enviados aos vereadores.*

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 17 de janeiro de 2014.


JOSÉ GERALDO BOTION
Presidente



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, REALIZADA EM 10 E 21 DE JANEIRO DE 2014.

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze reuniu-se a Câmara Municipal de Cordeirópolis, no Centro de Convivência do Idoso "Usvanda Pinto Tamiazo", à Rua João Roveda, nº 639, no jardim São Paulo, para a realização da primeira sessão extraordinária, da segunda sessão legislativa, da décima sexta legislatura, sob a presidência do vereador José Geraldo Botion, sendo secretários os vereadores David Bertanha e Alceu da Silva Guimarães. Realizada a verificação de presença, estavam em plenário os seguintes vereadores: Alceu da Silva Guimarães, David Bertanha, Fátima Marina Celin, Jonas Antonio Chaves, José Geraldo Botion, Odair Peruchi, Rosivaldo Antonio Pina e Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira. Conforme edital de 9 do corrente, foi convocada **sessão extraordinária** para deliberação do **Projeto de Lei nº 1/2014, do Sr. Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a concessão de vale alimentação aos servidores municipais, com inclusão no Programa de Alimentação ao Trabalhador, nos termos da Lei Federal nº 6321/76 e do **Projeto de Lei nº 2/2014, do Sr. Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial. Não assinou o recebimento do edital a vereadora Liliane Aparecida Broeto Genezelli. Havendo número legal, passou-se para a **discussão e votação do Projeto de Lei nº 1/2014**. O Sr. Presidente suspendeu a sessão por 5 (cinco) minutos para a emissão dos pareceres pelas comissões. Reaberta a sessão, o Sr. Presidente consultou o plenário para a dispensa da leitura do projeto, o que foi aceito pelos presentes. Em discussão, a vereadora Fátima afirmou que a votação deste projeto é uma questão muito importante; que entende ser muito grave a diferença que o projeto faz entre os servidores, pois limita o valor do vale alimentação conforme o salário; afirmou ser necessário o mesmo valor do vale para os aposentados; disse discordar com o cálculo do vale sobre os dias efetivamente trabalhados; falou sobre o direito de quem está na ativa e vier a se aposentar; disse que os servidores cedidos também têm direito ao vale alimentação; disse valorizar a iniciativa do Sr. Prefeito de ter enviado o projeto, mas que é necessário refletir sobre os pontos apresentados. O vereador Jonas disse que é de grande valia a votação do projeto; falou sobre as audiências que teve com o Sr. Prefeito solicitando aumento do valor do vale. O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos os funcionários públicos municipais e da Assessoria Jurídica da Câmara. Sérgio Balthazar afirmou que o projeto deu entrada no ano passado, mas por uma série de motivos ele foi retirado pelo Prefeito; disse que é contra o § 5º do artigo 1º, que diferencia o valor do vale dos servidores que recebem mais que 5 (cinco) salários mínimos, pois provavelmente são pessoas que tem nível superior e especializações, e não estão sendo valorizados com este projeto, o que pode desmotivá-los; falou sobre os aposentados, que na hora de receber não são valorizados; afirmou que os funcionários públicos estão revoltados e tristes, pois não têm uma valorização; disse que é contra o projeto não incluir os Secretários Municipais, mesmo este sendo um cargo político, pois são trabalhadores; afirmou que a sua vontade é de devolver o projeto e solicitar outro mais humano e mais digno à valorização dos funcionários. David Bertanha disse estar triste por ver esta desigualdade no funcionalismo público; afirmou que quem ajudou o Município no passado é quem está aposentado hoje, e quem está na ativa hoje irá se aposentar amanhã e talvez, com este projeto, não terá mais este direito; disse que quem está aposentado, na maioria, ganha 1 (um) salário mínimo; falou sobre as reuniões com o Sr. Prefeito e sobre as emendas ao projeto. Em aparte, Fátima Celin afirmou que indexar os valores pelo salário mínimo viola a Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, que diz que, salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador da base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial. Alceu Guimarães afirmou que todos são iguais

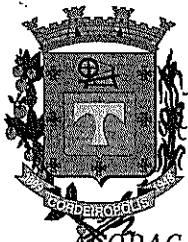


Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



cômo trabalhadores e devem ser respeitados desta forma, por isso não cabe a discriminação salarial; disse que todos os legisladores se empenharam ao máximo para obter o melhor resultado possível; afirmou que, no ato da posse, o Sr. Prefeito Municipal disse que iria respeitar os partidos por onde passou, mas não temos visto isso; disse ser difícil trabalhar com falta de governança participativa; afirmou que, como funcionário público, quer a devida valorização quando se aposentar; que todos os vereadores são participativos e estão fazendo o possível e o impossível para garantir melhorias reais; falou sobre sua tristeza e frustração por não poder levar boas novas para a população; disse estar feliz com presença do Assessor Jurídico da Câmara, Dr. Reynaldo Cosenza, que garantiu defesa em relação à questão das emendas e também para ele e o vereador Jonas quanto à votação. Em votação simbólica, foi aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente agradeceu a presença da Guarda Municipal, do Sr. Cidinho e do radialista Denis Suidedos no plenário. Ao iniciar-se a leitura das emendas, Alceu Guimarães sugeriu a leitura, discussão e votação em bloco, o que foi aceito por todos. **Emenda nº 1**, que inclui parágrafo único no art. 2º do projeto; **Emenda nº 2**, que altera a redação do artigo 2º; **Emenda nº 3**, que suprime o § 2º do artigo 1º; **Emenda nº 4**, que altera a redação do artigo 1º; **Emenda nº 06**, que suprime a alínea b) do art. 4º. Foi comunicada a retirada, pela autora, da Emenda nº. Em discussão, Sérgio Balthazar parabenizou o radialista Denis Suidedos pelo novo trabalho; a vereadora Fátima Celin pelas emendas; falou que as emendas nº 1 e 2 são referentes aos aposentados e pensionistas; disse acreditar que 90% (noventa por cento) dos aposentados e pensionistas deve ganhar um ou, no máximo, dois salários mínimos; afirmou que R\$ 40,00 faz diferença para quem ganha pouco; acredita que falta um pouco de sensibilidade por parte do Sr. Prefeito, da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e das pessoas que ajudaram a elaborar o projeto; afirmou não entender a fórmula para o cálculo do valor do vale; disse que a emenda nº 4 garante que todos os funcionários públicos irão receber o valor máximo do vale; afirmou que o artigo 4º é de difícil compreensão; que não concorda em não conceder o benefício a funcionários cedidos para outros órgãos. Em votação simbólica, as emendas foram aprovadas por unanimidade. O Sr. Presidente suspendeu a sessão por 10 (dez) minutos. Reaberta a sessão, Alceu Guimarães comunicou que havia um questionamento referente à votação ao projeto e às emendas, por ele e pelo vereador Jonas serem funcionários públicos, tendo parecer favorável da Assessoria Jurídica da Câmara e da Consultoria NDJ. O Sr. Presidente suspendeu a sessão por tempo indeterminado. Através de novo edital, datado de 17 do corrente, enviado nos termos dos art. 147 e 148 do Regimento Interno, com mais de 24 horas de antecedência, foram convocados os vereadores para a continuação desta sessão, tendo sido recebida a comunicação, e assinada por todos. Assim, aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze reuniu-se a Câmara Municipal de Cordeirópolis para a continuação da primeira sessão extraordinária, da segunda sessão legislativa, da décima sexta legislatura. Reaberta a sessão nestes termos, foi realizada nova verificação de presença, onde estavam em plenário os seguintes vereadores: Alceu da Silva Guimarães, David Bertanha, Fátima Marina Celin, Jonas Antonio Chaves, José Geraldo Botion, Lílilane Aparecida Broeto Genezelli, Odair Peruchi, Rosivaldo Antonio Pina e Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira. Havendo número regimental, foi aberta a sessão, sob a presidência do vereador José Geraldo Botion, sendo secretários os vereadores David Bertanha e Alceu da Silva Guimarães. Seguiu-se então à **continuação da discussão e votação do Projeto de Lei nº 2/2014, do Sr. Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial. Em discussão, Odair Peruchi esclareceu que ficou responsável em discutir com o Sr. Prefeito Municipal algumas dúvidas sobre o orçamento; afirmou que foi aprovada uma emenda pelo Legislativo que dava à ACORAC o direito a receber até R\$ 60.000,00 como subvenção, mas como os recursos são liberados de acordo com a apresentação do Plano de Trabalho da entidade, esta apresentou o valor de somente R\$ 30.000,00; disse que, em conversa com o Sr. Prefeito Municipal, ficou decidido que a

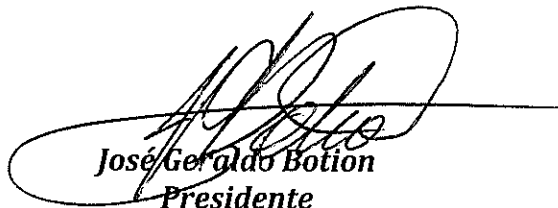


Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"

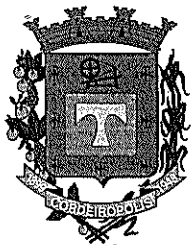


ACORAC precisa apresentar um novo plano de trabalho para a liberação de mais R\$ 30.000,00; afirmou que o Sr. Prefeito solicitou para que a ACORAC comece a pensar na construção de uma sede própria; que a Câmara iniciou este processo solicitando a doação de um terreno para que a ACORAC possa ter sua sede própria, fugindo do aluguel; disse que o Sr. Prefeito está empenhado em ajudar a ACORAC, pois sabe do trabalho que realizam no Município. Sérgio Balthazar parabenizou Odair Peruchi pela ação tomada junto ao Sr. Prefeito; disse que está faltando alguém ao lado do Sr. Prefeito que o ajude e o oriente na tomada de decisões; disse que, como a emenda foi aprovada no valor de R\$ 60.000,00 e a ACORAC informou, no Plano de Trabalho a necessidade de R\$ 30.000,00, era para a Prefeitura entrar em contato com a entidade e solicitar a correção da proposta; afirmou que, em conversa com a Presidente da ACORAC, foi informado que a entidade apresentará uma nova proposta de trabalho e encaminhará ao Sr. Prefeito Municipal, ao Conselho Municipal de Assistência Social, além de uma cópia para a Câmara Municipal; disse esperar que, após receber esta nova proposta da ACORAC, o Sr. Prefeito envie um novo projeto alterando o valor; informou que fez a retirada de sua emenda acreditando na palavra do Sr. Prefeito. O Sr. Presidente disse que o entendimento é o melhor caminho para todos. Alceu Guimarães disse que é muito importante o diálogo; afirmou que projetos sobre entidades e associações deveriam dar entrada na Câmara em projetos individuais, pois se houver algum problema em um projeto específico, não prejudica os demais; falou que entrou em contato com a Presidente da ACORAC e ressaltou que o Legislativo está satisfeito, pois o posicionamento de todos os vereadores foi aquilatado pelo Sr. Prefeito. Rosivaldo Pina afirmou que esta é mais uma conquista da sociedade e de todos que necessitam da ACORAC; que é importante para o Município saber do apoio de todos os vereadores; que os pedidos e solicitações da Câmara Municipal estão tendo um ótimo resultado. David Bertanha disse que, com a suspensão da sessão no dia 10 de janeiro, foi possível conversar com o Sr. Prefeito e este se propôs à doação de um terreno para a ACORAC; afirmou que os vereadores querem que as instituições tenham um repasse maior e que façam bom uso deste dinheiro; afirmou que a ACORAC faz um trabalho sério e parabenizou o Sr. Prefeito Municipal por atender a reivindicação dos vereadores. O Sr. Presidente disse estar feliz com a decisão e pelo debate ter início com a emenda apresentada pelos vereadores; que foi uma solução muito inteligente para o Município e para as entidades e agradeceu a compreensão de todos os vereadores. Em votação simbólica, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a presente sessão, da qual foi lavrada a ata nos termos do art. 123 do Regimento Interno.


José Geraldo Botion
Presidente


David Bertanha
1º Secretário


Alceu da Silva Guimarães
2º Secretário



Ofício nº 12/2014 - CMC

Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS	
PROTOCOLO	Nº 207/2014
	DATA 23/01/2014
TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Requerimento R\$	Guia nº
Certidão R\$	Guia nº
Soma R\$	Guia nº

Cordeirópolis, 22 de janeiro de 2014.

Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência o autógrafo nº 3149, proveniente da aprovação, na continuação da 1ª sessão extraordinária, realizada no dia de ontem, do Projeto de Lei nº 2/2014, de sua autoria, que dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial.

Sendo o que se apresenta, renovo na oportunidade os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


JOSE GERALDO BOTION
- Presidente -

A Sua Excelência o Senhor
AMARILDO ANTONIO ZORZO
Prefeito Municipal
Praça Francisco Orlano Stocco, 35
Cordeirópolis - SP



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



Autógrafo 3149

Dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme especifica e dá providências correlatas.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção com base nas consignações orçamentárias do município as Entidades mencionadas no **'Anexo'** que acompanha a presente fazendo parte integrante da mesma.

Art. 2º - Os valores das subvenções constantes do anexo representam o teto autorizado por esta lei, respeitadas as restrições do orçamento em vigor.

Art. 3º - Fundamentadamente e nos limites das possibilidades do Município, a subvenção de que trata esta Lei objetiva repasse de recursos financeiros para fins de manutenção geral e solvência de compromissos das Entidades no presente exercício.

Art. 4º - Somente as Entidades cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias e que prestarem contas de recursos públicos já recebidos, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Parágrafo Único - As Entidades deverão estar com seu cadastro atualizado, e prestar contas das despesas à Administração, anualmente, de forma a comprovar o destino dos recursos repassados, tudo de conformidade com as instruções emanadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 5º - A concessão de subvenções destinadas as Entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas as seguintes condições:

- I - atender direto ao público e de forma gratuita;
- II - não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- III - apresentar atestado de funcionamento expedido por autoridade competente;
- IV - comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- V - ser declarada como entidade de utilidade pública;
- VI - apresentar o plano de trabalho dos recursos, especificando as metas e objetivos;

continua



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



P.L. nº 02/14

continuação

fils. 02

VII – existir recursos orçamentários e financeiros;

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por decreto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
03.01.00	3.3.50.43	08 244 0330 - 2128	30.000,00
Total.....			30.000,00

Art. 7º – O crédito adicional suplementar de que se trata o artigo 3º será coberto com recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
03.01.00	3.3.50.43	08 244 0330 - 0347	30.000,00
Total.....			30.000,00

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por decreto um crédito adicional especial no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinado a transferência deste recurso financeiro somado ao autorizado através da Lei Municipal nº 2.925/2013, ao Centro Comunitário Municipal, tudo de conformidade com o "Anexo" que acompanha a presente fazendo parte integrante desta Lei.

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
14.01.00	3.3.50.00	27 812 1400 - 2127	350.000,00
Total.....			350.000,00

Art. 9º – Para cobertura da despesa com a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 8º, será utilizado recurso proveniente de anulação parcial de dotação (art. 43, § 1º, III, Lei nº 4.320/64), no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme programação abaixo:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
04.01.00	4.4.90.00	15 451 0442 - 1903	150.000,00
03.01.00	3.3.50.00	08 244 0330 - 2127	200.000,00
Total.....			350.000,00

continua



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



P.L. nº 02/14

continuação

fls. 03

Art. 10 - Fica incluído no PPA 2014/2017 aprovado pela Lei Municipal nº 2.902, de 16.07.2013 e na LDO aprovada pela Lei Municipal nº 2.901, de 16.07.2013; e, na LOA 2014, aprovada pela Lei nº 2.925, de 09.12.2013, as despesas autorizadas pela presente Lei.

Art. 11 - A autorização contida na presente Lei terá vigência até 31 de dezembro de 2014.

Art. 12 - Esta Lei será, caso necessário e no que couber, regulamentada por Decreto do Executivo, entrando em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 22 de janeiro de 2014.


José Geraldo Botion
Presidente


David Bertanha
1º Secretário


Alceu da Silva Guimarães
2º Secretário



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cassio de Freitas Levy"



Anexo - Projeto de Lei nº , de janeiro de 2014.

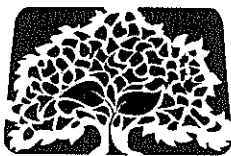
ANEXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS					
RELAÇÃO DAS SUBVENÇÕES / AUXÍLIOS E/OU CONTRIBUIÇÕES - EXERCÍCIO 2013 - LEI MUNICIPAL Nº 2., de dezembro de 2013					
Centro Comunitário Municipal - Vereador Bernardino Gumerindo Botechia	Atendimento Centro Comunitário	14.01.00.27.812.1400.2127	3.3.50.00.00	350.000,00	
Associação Cordeirópolisense de Apoio Portadores de Câncer - ACORAC	Custeio da Entidade	03.01.00-08.244.0330-2347	3.3.50.00.00	30.000,00	
Ação Social Educacional da Paróquia Santo Antonio de Cordeirópolis. ACESAC	Custelo da Entidade	03.01.00-08.244.0330-2128	3.3.50.00.00	50.000,00	
Total.....					

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, 02 de janeiro de 2014




Amarildo Antônio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis



CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade



**Prefeitura Municipal
de Cordeirópolis**
Paço Municipal "Antonio Thirion"



Lei nº 2.932
de 24 de janeiro de 2014

Dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme especifica e dá providências correlatas.

Amarildo Antonio Zorzo - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção com base nas consignações orçamentárias do município as Entidades mencionadas no "**Anexo**" que acompanha a presente fazendo parte integrante da mesma.

Art. 2º - Os valores das subvenções constantes do anexo representam o teto autorizado por esta lei, respeitadas as restrições do orçamento em vigor.

Art. 3º - Fundamentadamente e nos limites das possibilidades do Município, a subvenção de que trata esta Lei objetiva repasse de recursos financeiros para fins de manutenção geral e solvência de compromissos das Entidades no presente exercício.

Art. 4º - Somente as Entidades cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias e que prestarem contas de recursos públicos já recebidos, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Parágrafo Único - As Entidades deverão estar com seu cadastro atualizado, e prestar contas das despesas à Administração, anualmente, de forma a comprovar o destino dos recursos repassados, tudo de conformidade com as instruções emanadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 5º - A concessão de subvenções destinadas as Entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas as seguintes condições:



Continua



CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade

Lei nº 2.932/2014



**Prefeitura Municipal
de Cordeirópolis**
Paço Municipal "Antonio Thirion"



continuação

fls. 02

- I** – atender direto ao público e de forma gratuita;
- II** – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- III** – apresentar atestado de funcionamento expedido por autoridade competente;
- IV** – comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- V** – ser declarada como entidade de utilidade pública;
- VI** – apresentar o plano de trabalho dos recursos, especificando as metas e objetivos;
- VII** – existir recursos orçamentários e financeiros;

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por decreto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
03.01.00	3.3.50.43	08 244 0330 - 2128	30.000,00
Total.....			30.000,00

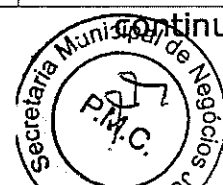
Art. 7º - O crédito adicional suplementar de que se trata o artigo 3º será coberto com recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
03.01.00	3.3.50.43	08 244 0330 - 0347	30.000,00
Total.....			30.000,00

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por decreto um crédito adicional especial no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinado a transferência deste recurso financeiro somado ao autorizado através da Lei Municipal nº 2.925/2013, ao Centro Comunitario Municipal, tudo de conformidade com o **"Anexo"** que acompanha a presente fazendo parte integrante desta Lei.

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
14.01.00	3.3.50.00	27 812 1400 - 2127	350.000,00
Total.....			350.000,00

continua





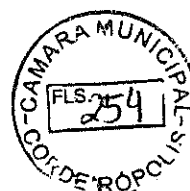
CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade

Lei nº 2.932/2014



**Prefeitura Municipal
de Cordeirópolis**
Paço Municipal "Antonio Thirion"



continuação

fls. 03

Art. 9º - Para cobertura da despesa com a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 8º, será utilizado recurso proveniente de anulação parcial de dotação (art. 43, § 1º, III, Lei nº 4.320/64), no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme programação abaixo:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
04.01.00	4.4.90.00	15 451 0442 - 1903	150.000,00
03.01.00	3.3.50.00	08 244 0330 - 2127	200.000,00
Total.....			350.000,00

Art. 10 - Fica incluído no PPA 2014/2017 aprovado pela Lei Municipal nº 2.902, de 16.07.2013 e na LDO aprovada pela Lei Municipal nº 2.901, de 16.07.2013; e, na LOA 2014, aprovada pela Lei nº 2.925, de 09.12.2013, as despesas autorizadas pela presente Lei.

Art. 11 - A autorização contida na presente Lei terá vigência até 31 de dezembro de 2014.

Art. 12 - Esta Lei será, caso necessário e no que couber, regulamentada por Decreto do Executivo, entrando em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 24 de janeiro de 2014, 116 do Distrito e 67 do Município.

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria da Administração da Municipalidade. Publicada no Paço Municipal "**ANTONIO THIRION**", em 24 de janeiro de 2014.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal da Administração



Anexo - Lei Municipal nº 2.932/2014

continuação

ANEXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS				
RELAÇÃO DAS SUBVENÇÕES - EXERCÍCIO 2014 - LEI MUNICIPAL Nº 2.932 de 24, de janeiro de 2014				
Centro Comunitário Municipal - Vereador Bernardino Gumerindo Botechia	Atendimento Centro Comunitário	14 01 00 27 812 1400 2127	3.3.50.00.00	350.000,00
Associação Cordeiropolense de Apoio Portadores de Câncer - ACORAC	Custeio da Entidade	03.01.00-08.244.0330-2347	3.3.50.00.00	30.000,00
Ação Social Educacional da Paroquia Santo Antonio de Cordeirópolis. ACESAC	Custeio da Entidade	03.01.00-08.244.0330-2128	3.3.50.00.00	50.000,00
Total.....				430.000,00

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, 24 de janeiro de 2014



Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis



**ATOS OFICIAIS DO PODER
Executivo**

Lei nº 2.932 de 24 de janeiro de 2014

Dispõe sobre a concessão de subvenções para o exercício de 2014 e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial conforme específica e dá providências correlatas.

Amarildo Antonio Zorzo – Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção com base nas consignações orçamentárias do município às Entidades mencionadas no "Anexo" que acompanha a presente fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Os valores das subvenções constantes do anexo representam o teto autorizado por esta Lei, respeitadas as restrições do orçamento em vigor.

Art. 3º - Fundamentadamente e nos limites das possibilidades do Município, a subvenção de que trata esta Lei objetiva repasse de recursos financeiros para fins de manutenção geral e solvência de compromissos das Entidades no presente exercício.

Art. 4º - Somente as Entidades cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias e que prestarem contas do recursos públicos já recebidos, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Parágrafo Único - As Entidades deverão estar com seu cadastro atualizado, e prestar contas das despesas à Administração, anualmente, de forma a comprovar o destino dos recursos repassados, tudo de conformidade com as instruções emanadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 5º - A concessão de subvenções destinadas às Entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas as seguintes condições:

- I – atender direto ao público e de forma gratuita;
- II – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- III – apresentar atestado de funcionamento expedido por autoridade competente;
- IV – comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- V – ser declarada como entidade de utilidade pública;
- VI – apresentar o plano de trabalho dos recursos, especificando as metas e objetivos;
- VII – existir recursos orçamentários e financeiros;

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por decreto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
03.01.00	3.3.50.43	08.244.6330 - 2128	30.000,00
Total			30.000,00

Art. 7º - O crédito adicional suplementar de que se trata o artigo 3º será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
03.01.00	3.3.50.43	08.244.6330 - 2128	30.000,00
Total			30.000,00

O JORNAL OFICIAL
do Município de Cordeirópolis - SP

EXPEDIENTE

email: jornal.oficial@cordeirópolis.sp.gov.br

Produzido por: Assessoria de Imprensa de Cordeirópolis
Jornalista Responsável: Henry Villela MTB 32.825
Diagramação: Secretes Bolorino
Impressão: Jornal Cidade de Rio Claro
Composição: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário; Autarquias Municipais; Entidades Assistenciais
 tiragem - 1000 exemplares | Custo desta Edição: R\$ 100,00
 O jornal oficial do município é o órgão de divulgação oficial da administração municipal instituído pela Lei 2274 de 24 de Agosto de 2005, com suas posteriores alterações.
 Paço Municipal Antônio Thirion - Praça Francisco Orlando Siqueira, 35 - Centro - CEP 13490-000 - Cordeirópolis - SP

www.cordeirópolis.sp.gov.br



Jornal Oficial do Município de
Cordeirópolis

03.01.00	3.3.50.43	08.244.6330 - 034	30.000,00
Total			30.000,00

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por decreto um crédito adicional especial no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), destinado a transferir em neste recurso financeiro somado ao autorizado através da Lei Municipal nº 2.925/2013, ao Centro Comunitário o Municipal, tudo de conformidade com o "Anexo" que acompanha a presente fazendo parte integrante desta Lei.

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
14.01.00	3.3.50.00	27.812.1400 - 2127	350.000,00
Total			350.000,00

Art. 9º - Para cobertura da despesa com a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 8º, será utilizado recurso proveniente de anulação parcial de dotação (art. 43 § 1º, III, Lei nº 4.120/64), no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme programação abaixo:

Classificação			Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	
04.01.00	4.4.90.00	15.451.6442 - 1903	150.000,00
03.01.00	3.3.50.00	08.244.6330 - 2127	200.000,00
Total			350.000,00

Art. 10 - Fica incluído no PPA 2014-2017 aprovado pela Lei Municipal nº 2.902, de 16.07.2013 e na LDO aprovada pela Lei Municipal nº 2.901, de 16.07.2013, e, na LOA 2014 aprovada pela Lei nº 2.925, de 09.12.2013, as despesas autorizadas pela presente Lei.

Art. 11 - A autorização contida na presente Lei terá vigência até 31 de dezembro de 2014.

Art. 12 - Esta Lei terá, caso necessário e no que couber, regulamentação por Decreto do Executivo, entrando em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 24 de janeiro de 2014, 116 do Distrito e 6º do Município.

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria da Administração da Municipalidade. Publicada no Paço Municipal "ANTÔNIO THIRION", em 24 de janeiro de 2014.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo-chefe
Secretaria Municipal da Administração

ANEXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS				
RELAÇÃO DAS SUBVENÇÕES - EXERCÍCIO 2014 - LEI MUNICIPAL Nº 2.932 de 24, de janeiro de 2014				
Centro Comunitário Municipal - Vereador Benedito Guedes	Atendimento Centro Comunitário	14.01.00.27.812.1400.2127	3.3.50.00.00	350.000,00

O JORNAL OFICIAL
do Município de Cordeirópolis - SP

INFORMA:

O conteúdo das publicações do Jornal Oficial de Cordeirópolis
É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DAS
SECRETARIAS, AUTARQUIAS E DO LEGISLATIVO.

Cada órgão envia os documentos correspondentes prontos para a publicação.
Cabe ao Jornal Oficial apenas diagramar e organizar os documentos.

email: jornal.oficial@cordeirópolis.sp.gov.br

Associação Cordeirópolisense de Apoio Portadores de Câncer - ACORAC	Custeio da Entidade	C3 01 00-08.244 0330-2347	3 3.50.00.00	30.000,00
Ação Social Educacional da Paróquia Santo Antônio de Cordeirópolis ACESAC	Custeio da Entidade	C3 01 00-08.244 0330-2128	3 3.50.00.00	50.000,00
Total.....				430.000,00

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, 24 de janeiro de 2014

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Decreto nº 4.332 de 30 de dezembro de 2013

Transpõe recurso de dotação dentro do mesmo órgão orçamentário e categoria de programação, conforme específica.

Amarildo Antonio Zorzo – Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que lhe faculta o art. 81, em especial o inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis - LOMC.

D e c r e t o

Art. 1º - Fica transposto o recurso de dotação para dotação, sempre dentro do mesmo órgão e categoria de programação, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com fundamento na autorização contida na Lei Municipal nº 2.855, de 20 de dezembro de 2012, a fim de suplementar a seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO					Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	Despesa	
16.01.00	3.1.90.00.00	10.362.1011 - 2017	01	0002	20.000,00
Valor Total.....					20.000,00

Art. 2º - A transposição será coberta com recurso proveniente de anulação parcial de dotação no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme programação abaixo:

CLASSIFICAÇÃO					Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	Despesa	
16.01.00	3.1.90.00.00	10.362.1011 - 2017	01	0001	20.000,00
Total.....					20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 30 de dezembro de 2013, 116 do Distrito e 67 do Município.

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Registrado e arquivado na Coordenadoria Administrativa - Secretaria da Administração da Municipalidade. Publicado no Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 30 de dezembro de 2013.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal da Administração

Decreto nº 4.333 de 30 de dezembro de 2013

Suplementa dotação do orçamento vigente, conforme específica.

Amarildo Antonio Zorzo – Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que lhe faculta o art. 81, em especial o inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis - LOMC.

D e c r e t o

Art. 1º - Fica aberto no orçamento corrente da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, com fundamento na autorização contida na Lei Municipal nº 2.855, de 20 de dezembro de 2012, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais), a fim de suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO					Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	Despesa	
19.01.00	3.3.90.00.00	13.392.3002 - 2039	01	0469	193.000,00
Total.....					193.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto será coberto com recurso proveniente de anulação parcial de dotação (art. 43, § 1º, III, Lei nº 4.320/64), no valor de R\$ R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais), conforme programação abaixo:

CLASSIFICAÇÃO					
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	Despesa	Valor Lançado
05.01.00	3.3.90.00.00	04.122.7010 - 2039	01	0034	40.000,00
12.01.00	3.3.90.00.00	06.181.8002 - 2267	01	0412	17.000,00
12.01.00	3.3.90.00.00	06.181.8002 - 2267	01	0417	36.000,00
12.01.00	3.3.90.00.00	06.182.8006 - 2345	01	0419	23.000,00
13.01.00	3.3.90.00.00	15.121.7011 - 2039	01	0428	30.000,00
17.01.00	3.3.90.00.00	04.122.7012 - 2039	01	0449	34.000,00
17.01.00	3.3.90.00.00	04.131.7004 - 2251	01	0451	13.000,00
Total.....					193.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 30 de dezembro de 2013, 116 do Distrito e 67 do Município.

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Registrado e arquivado na Coordenadoria Administrativa - Secretaria da Administração da Municipalidade. Publicado no Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 30 de dezembro de 2013.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal da Administração

Decreto nº 4.334 de 30 de dezembro de 2013

Suplementa dotação do orçamento vigente, conforme específica.

Amarildo Antonio Zorzo – Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que lhe faculta o art. 81, em especial o inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis - LOMC.

D e c r e t o

Art. 1º - Fica aberto no orçamento corrente da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, com fundamento na autorização contida na Lei Municipal nº 2.855, de 20 de dezembro de 2012, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO					
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	Despesa	Valor Lançado
19.01.00	3.3.90.00.00	13.392.3002 - 2039	01	0469	50.000,00
Total.....					50.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto será coberto com recurso proveniente de anulação parcial de dotação (art. 43, § 1º, III, Lei nº 4.320/64), no valor de R\$ R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme programação abaixo:

CLASSIFICAÇÃO					Valor Lançado
Órgão	Econômica	Funcional	Fonte	Despesa	
19.01.00	3.3.90.00.00	04.122.7010 - 2039	01	0034	50.000,00
Total.....					50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 30 de dezembro de 2013, 116 do Distrito e 66 do Município.

Amarildo Antonio Zorzo
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Registrado e arquivado na Coordenadoria Administrativa - Secretaria da Administração da Municipalidade. Publicado no Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 30 de dezembro de 2013.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal da Administração